

# **EPR 2 Participações S.A.**

Demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
com Relatório do Auditor Independente

## **Índice**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas .....	1
Balancos patrimoniais individuais e consolidados.....	4
Demonstrações dos resultados individuais e consolidados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas .....	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da  
**EPR 2 Participações S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EPR 2 Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

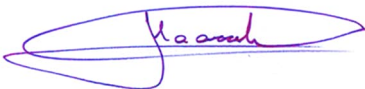
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 25 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-027623/F



José Antonio de Andrade Navarrete  
Contador CRC SP-198698/O

# EPR 2 Participações S.A.

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	995	47	1.438.964	104.669	Fornecedores	16	508	65	71.706	2.116
Aplicações financeiras		-	-	1.384	-	Debêntures	15	-	-	134.189	-
Contas a receber	6	-	-	30.167	-	Arrendamentos a pagar		-	-	805	-
Ativo financeiro	7	-	-	180.866	-	Encargos sociais	17	-	22	8.694	153
Partes relacionadas	14	5.751	-	-	-	Obrigações fiscais	18	-	16	8.780	294
Impostos a recuperar	8	62	-	22.074	104	Credores da concessão	19	-	-	140.755	-
Adiantamentos a fornecedores		934	-	8.311	358	Partes relacionadas	14	-	1.006	-	1.006
Outros ativos		-	-	3.651	438	Outras contas a pagar		-	-	762	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>7.742</b>	<b>47</b>	<b>1.685.417</b>	<b>105.569</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>508</b>	<b>1.109</b>	<b>365.691</b>	<b>3.569</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Partes relacionadas	15	-	57	-	-	Debêntures	15	-	-	1.489.490	-
Impostos diferidos	9	-	-	4.484	-	Arrendamentos a pagar		-	-	1.624	-
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>-</b>	<b>57</b>	<b>4.484</b>	<b>-</b>	Partes relacionadas	14	-	53	-	-
Investimentos	10	267.041	67.273	-	-	Credores da concessão	19	-	-	52.660	-
Direito de uso		-	-	2.263	-	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais		-	-	1	-
Imobilizado	11	-	-	9.658	115	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>53</b>	<b>1.543.775</b>	<b>-</b>
Infraestrutura em construção	12	-	-	86.798	31.370	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>508</b>	<b>1.162</b>	<b>1.909.466</b>	<b>3.569</b>
Intangível	13	8	-	787.013	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>267.049</b>	<b>67.273</b>	<b>885.732</b>	<b>31.485</b>	Capital social	20	70.585	68.375	70.585	68.375
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>274.791</b>	<b>67.377</b>	<b>2.575.633</b>	<b>137.054</b>	Reservas de capital		218.850	-	218.850	-
						Prejuízos acumulados		(15.152)	(2.160)	(15.152)	(2.160)
						<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>		<b>274.283</b>	<b>66.215</b>	<b>274.283</b>	<b>66.215</b>
						Participação de não controladores		-	-	391.884	67.270
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>274.283</b>	<b>66.215</b>	<b>666.167</b>	<b>133.485</b>
						<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>274.791</b>	<b>67.377</b>	<b>2.575.633</b>	<b>137.054</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# EPR 2 Participações S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 17 de novembro a 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	21	-	-	649.415	31.370
Custos dos serviços prestados	22	-	-	(650.265)	(31.370)
<b>PREJUÍZO BRUTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(850)</b>	<b>-</b>
Despesas gerais e administrativas	22	(7.856)	(1.059)	(21.216)	(7.053)
Equivalência patrimonial		(5.171)	(1.101)	-	-
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL</b>		<b>(13.027)</b>	<b>(2.160)</b>	<b>(22.066)</b>	<b>(7.053)</b>
Receitas financeiras	23	42	-	98.836	1.891
Despesas financeiras	23	(7)	-	(100.100)	(352)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>35</b>	<b>-</b>	<b>(1.264)</b>	<b>1.539</b>
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA</b>		<b>(12.992)</b>	<b>(2.160)</b>	<b>(23.330)</b>	<b>(5.514)</b>
Imposto de renda e contribuição social	9	-	-	3.641	-
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO / PERÍODO</b>		<b>(12.992)</b>	<b>(2.160)</b>	<b>(19.689)</b>	<b>(5.514)</b>
<b>Resultado atribuído para:</b>					
Acionistas controladores		(12.992)	(2.160)	(12.992)	(2.160)
Acionistas não controladores		-	-	(6.697)	(3.354)
		<b>(12.992)</b>	<b>(2.160)</b>	<b>(19.689)</b>	<b>(5.514)</b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.**

# EPR 2 Participações S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 17 de novembro a 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de Reais)

---

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO / PERÍODO	(12.992)	(2.160)	(19.689)	(5.514)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO / PERÍODO	<u>(12.992)</u>	<u>(2.160)</u>	<u>(19.689)</u>	<u>(5.514)</u>

---

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.**

---

## EPR 2 Participações S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 17 de novembro a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>	<u>Participação de acionistas não controladores</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldo em 17 de novembro de 2022		-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	20	68.375	-	-	68.375	70.624	138.999
Prejuízo do período		-	-	(2.160)	(2.160)	(3.354)	(5.514)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>68.375</b>	<b>-</b>	<b>(2.160)</b>	<b>66.215</b>	<b>67.270</b>	<b>133.485</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2023		68.375	-	(2.160)	66.215	67.270	133.485
Aumento de capital	20	2.210	218.850	-	221.060	331.311	552.371
Prejuízo do exercício		-	-	(12.992)	(12.992)	(6.697)	(19.689)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2023</b>		<b>70.585</b>	<b>218.850</b>	<b>(15.152)</b>	<b>274.283</b>	<b>391.884</b>	<b>666.167</b>

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.**

# EPR 2 Participações S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 17 de novembro a 31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Prejuízo antes dos tributos</b>	(12.992)	(2.160)	(23.330)	(5.514)
Ajustes:				
Depreciações e amortizações	-	-	5.793	1
Juros e variações monetárias de debêntures	-	-	86.153	-
Variação monetária e juros sobre outorga	-	-	2.156	-
Equivalência patrimonial	5.171	1.101	-	-
Ajustes a valor presente	-	-	4.091	-
Amortização do custo de captação	-	-	73	-
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	1	-
Redução (aumento) dos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(30.167)	-
Impostos a recuperar	(62)	-	(21.970)	(104)
Adiantamentos a fornecedores	(934)	-	(7.953)	(358)
Outros ativos	-	-	(3.213)	(438)
Fornecedores	443	65	17.504	2.116
Encargos sociais	(22)	22	8.541	153
Obrigações fiscais	(16)	16	7.643	294
Contas a pagar - Partes relacionadas	(6.753)	1.003	(1.006)	1.006
Outras contas a pagar	-	-	762	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>(15.165)</b>	<b>47</b>	<b>45.078</b>	<b>(2.844)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aquisições de itens do ativo imobilizado	-	-	(10.342)	(116)
Pagamento de ativo qualificável de outorga	-	-	(288.295)	-
Aquisições de Infraestrutura em construção e intangível	(8)	-	(473.689)	(31.370)
Ativo financeiro - reembolso do poder concedente	-	-	37.214	-
Aplicações financeiras	-	-	(1.384)	-
Adições aos investimentos	(204.939)	-	-	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(204.947)</b>	<b>-</b>	<b>(736.496)</b>	<b>(31.486)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Pagamento de arrendamentos	-	-	(504)	-
Emissão de debêntures	-	-	1.500.000	-
Custo de transação das debêntures	-	-	(26.154)	-
Aumento de capital e reserva de capital	221.060	-	552.371	138.999
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>221.060</b>	<b>-</b>	<b>2.025.713</b>	<b>138.999</b>
<b>AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>948</b>	<b>47</b>	<b>1.334.295</b>	<b>104.669</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO/PERÍODO</b>	<b>47</b>	<b>-</b>	<b>104.669</b>	<b>-</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO/PERÍODO</b>	<b>995</b>	<b>47</b>	<b>1.438.964</b>	<b>104.669</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A EPR 2 Participações S.A. (“EPR 2” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2022, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjunto 65, sala 19-B, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo - SP.

A Companhia, por meio de suas controladas, tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais.

### 2. Entidades do grupo

A tabela abaixo apresenta a participação da Companhia no quadro acionário total de suas controladas diretas e indireta, bem como suas atividades.

Controladas	Atividades Principais	Contrato de Concessão	Data de término da concessão	Participação	% de participação
Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. (i)	Concessão de Rodovias	003/2022	fev/53	Direta	50%
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (ii)	Concessão de Rodovias	004/2022	mar/53	Direta	50%
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (iii)	Concessão de Rodovias	005/2022	nov/53	Direta	50%
EPR Infraestrutura PR S.A. (iv)	Holding	-	-	Direta	25,05%
EPR Litoral Pioneiro S.A. (v)	Concessão de Rodovias	002/2023	Fev/54	Indireta	25,05%

- (i) Constituída em 13 de setembro de 2022, a Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. (“EPR Triângulo”) tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado “Triângulo Mineiro”, que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA nº 002/2021, nos termos do contrato de Concessão celebrado para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do Contrato de Concessão. A concessão tem prazo de 30 anos.
- (ii) Constituída em 13 de setembro de 2022, a Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. (“EPR Sul de Minas”) tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado “Sul de Minas”, que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA nº 003/2021, nos termos do contrato de Concessão celebrado para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do Contrato de Concessão. A concessão tem prazo de 30 anos.

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- (iii) Constituída em 18 de julho de 2023, a Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. (“EPR Vias do Café”) tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado “Vias do Café”, que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA nº 005/2023, nos termos do contrato de Concessão celebrado para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do Contrato de Concessão. A concessão tem prazo de 30 anos.
- (iv) Constituída em 1º de junho de 2023, a EPR Infraestrutura PR S.A. (“EPR Infraestrutura PR”) é uma sociedade por ações de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjunto 65, sala 22, 6º andar, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo - SP.
- (v) Constituída em 1º de junho de 2023, a Concessionária EPR Litoral Pioneiro S.A. (“EPR Litoral Pioneiro”) tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado “BR-153/277/369 E PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855”, que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, nos termos do contrato de Concessão celebrado junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do Contrato de Concessão. A concessão tem prazo de 30 anos.

As companhias acima são controladas da Companhia, que detém maioria do capital votante e a maioria do conselho de administração podendo eleger o presidente e esse tem o voto de minerva nas decisões.

### 3. Base de preparação

#### 3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“Grupo”) foram preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 25 de abril de 2024.

Todas as informações relevantes próprias da demonstração financeira, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Como mencionado na Nota 1, a Companhia foi constituída em 17 de novembro de 2022. Portanto, os valores apresentados para fins de comparação com as presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, compreende o período de 17 de novembro a 31 de dezembro de 2022.

#### 3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

# EPR 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 3.3 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação desta demonstração financeira, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Definição de vida útil do ativo intangível; e
- Reconhecimento de receita.

## 3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

## 4. Políticas contábeis materiais

### 4.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras das controladas, conforme nota explicativa nº 2, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais das controladoras, os resultados do exercício das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

#### Perda de controle e de influência significativa

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos, incluindo qualquer ágio, e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido, incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas.

Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor junto na data em que o controle é perdido.

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Ao perder influência significativa sobre uma coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

### Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas controladas pela Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

## **4.2 Receitas de contratos com clientes**

O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Conforme definido no ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviço de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

## **4.3 Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

### **(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

### **(ii) Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em três categorias:

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

#### (iii) Desreconhecimento

##### Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo.

##### Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### (iv) Compensação

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

# EPR 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 4.4 Ativos intangíveis

O Grupo reconhece ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O Grupo reconhece as contraprestações recebidas e a receber (ativo financeiro) junto ao poder concedente, divulgados na Nota 6, como redutora do intangível à medida que os determinados investimentos são realizados.

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção da curva de tráfego é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A infraestrutura em construção representa os bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria e, quando concluídos, são transferidos para a rubrica de “Ativo intangível”.

## 4.5 Capitalização de custos

Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção do ativo intangível, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das debêntures atribuíveis a infraestrutura em construção, são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

## 4.6 Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, cauções contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominante ao imobilizado e execução de obras na rodovia.

## 4.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

- (i) Ativos financeiros não-derivativos

### Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

### Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

### Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

### Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

### Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. O Grupo considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência.

As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 24.

### (ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

## 4.8 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

O Grupo adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura recebida e/ou construída pelo concessionário não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

No caso do Grupo não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de tráfego e pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

### **4.9 Demais ativos circulantes e não circulante**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

### **4.10 Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

### **4.11 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

### **4.12 Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

### **4.13 Benefícios a empregados**

Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 4.14 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, variações cambiais ativas, ganho com instrumentos financeiros derivativos e atualização financeira sobre habilitação de de PIS e COFINS. A receita de juros e ganho com instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos e variações monetárias sobre empréstimos, financiamento e debêntures, juros sobre atraso em pagamentos, juros sobre mútuo com partes relacionadas, despesas com IOF, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, despesas com obrigações de outorga, ajuste a valor presente de clientes, variações cambiais passivas, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), perda com instrumentos financeiros derivativos, atualização obrigação de compra de ações. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

### 4.15 Imposto de renda e contribuição social

(i) Lucro real

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação da demonstração financeira da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(iii) Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### (iv) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda a Companhia e das suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia e suas controladas mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

### **4.16 Tributos sobre prestações de serviços**

Para o PIS e COFINS, a Companhia e suas controladas são enquadradas no regime não cumulativo, porém, para as concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente.

### **4.17 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023**

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes.

Alterações no CPC 50 (IFRS 17), CPC 23 (IAS 8), CPC 26 (R1) e CPC 32 (IAS 12).

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como:

- IFRS 17 Contrato Seguros (equivalente ao CPC 50 - Contrato de Seguros) – é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguros, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação, que substitui o IFRS 04 (equivalente CPC 11). A norma se aplica a todos os contratos de seguro;
- Alteração IAS 8 Definições de estimativas contábeis - Esclarecimentos a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, além de esclarecer como entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. (equivalente ao CPC 23);
- Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2. - Orientações e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis (equivalente ao CPC 26 (R1));
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação - Alterações do IAS 12 – Estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos passivos de desativação. (equivalente ao CPC 32- Tributos sobre o lucro); e
- Reforma tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32- Tributos sobre o lucro) as alterações foram introduzidas em respostas as regras do Pilar Dois da OCDE sobre BPES e pode impactar o imposto diferido e necessidade de divulgação para entidade afetadas.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

### 4.18 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 16 - Passivo de locação em um Sale and Leaseback - Transação de venda retroarrendamento (equivalente CPC 06);
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; e
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordo de financiamentos de fornecedores (equivalente aos CPC 03 e CPC 40 (R1) respectivamente).

# EPR 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Banco conta movimento	-	1	2.850	1
Aplicações de liquidez imediata	995	46	1.436.114	104.668
	<b>995</b>	<b>47</b>	<b>1.438.964</b>	<b>104.669</b>

As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

## 6. Contas a receber

	Consolidado
	2023
Pedágio eletrônico a receber	30.167
	<b>30.167</b>

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da Companhia não possuíam saldos de contas a receber de pedágio em atraso. Na mesma data não foi constituída provisão para perdas das contas a receber.

## 7. Ativo financeiro

	Consolidado
	2023
Contas a receber contraprestação – SEINFRA	180.866
	<b>180.866</b>

A controlada EPR Sul de Minas tem o direito de receber ao longo do contrato o montante R\$ 371.133 da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – SEINFRA como reembolso para determinados investimentos realizados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada recebeu o valor de R\$ 37.214 e reconheceu o montante de R\$ 180.866 como ativo financeiro a receber, em função das finalizações dos investimentos. Os valores da contraprestação são reajustados pelo IPCA até a data do recebimento, sendo que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada EPR Sul de Minas reconheceu o montante de R\$ 2.268 no resultado financeiro, a título de juros sobre ativo financeiro.

## 8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (a)	9	-	22.037	104
Outros	53	-	37	-
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>-</b>	<b>22.074</b>	<b>104</b>

# EPR 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

### a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda	(12.992)	(2.160)	(23.330)	(5.514)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	4.417	734	7.932	1.875
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(1.758)	(374)	-	-
Impostos diferidos não constituídos	(2.659)	(360)	(3.430)	(1.024)
Despesas permanentes indedutíveis	-	-	(861)	(851)
Total	-	-	3.641	-
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	-	-	(843)	-
Diferido	-	-	4.484	-
	-	-	3.641	-
Alíquota efetiva de impostos	0,0%	0,0%	-15,6%	0,0%

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	Consolidado
	2023
<b>Ativo fiscal diferido</b>	
Prejuízo fiscal e base negativa	27.509
Provisão de participação nos lucros	1.243
Ajuste a valor presente de outorga	1.390
Outros ativos diferidos	554
	<b>30.696</b>
<b>Passivo fiscal diferido</b>	
Juros capitalizados no ativo intangível	(21.584)
Diferenças de amortização contábil e fiscal do intangível	(4.462)
Outros passivos diferidos	(166)
	<b>(26.212)</b>
	<b>4.484</b>

A recuperabilidade do ativo fiscal diferido calculado sobre prejuízo fiscal e base negativa é suportada por projeções de resultados tributáveis futuros das controladas. Com base nas projeções, a expectativa é que os saldos sejam realizados até o final do exercício de 2026.

# EPR 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Investimentos

### a) Composição dos saldos dos investimentos

	<b>Controladora</b>
	<b>2023</b>
EPR Triângulo	122.040
EPR Sul de Minas	22.655
EPR Vias do Café	59.674
EPR Infraestrutura PR	62.672
	<b>267.041</b>

### b) Movimentação dos investimentos

	<b>Saldo em</b>	<b>Aporte de</b>	<b>Equivalência</b>	<b>Saldo em</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>capital</b>	<b>patrimonial</b>	<b>31/12/2023</b>
EPR Triângulo	42.338	81.500	(1.798)	122.040
EPR Sul de Minas	24.935	-	(2.280)	22.655
EPR Vias do Café	-	60.000	(326)	59.674
EPR Infraestrutura PR	-	63.439	(767)	62.672
	<b>67.273</b>	<b>204.939</b>	<b>(5.171)</b>	<b>267.041</b>

	<b>Aporte de</b>	<b>Equivalência</b>	<b>Saldo em</b>
	<b>capital</b>	<b>patrimonial (i)</b>	<b>31/12/2022</b>
EPR Triângulo	42.837	(499)	42.338
EPR Sul de Minas	25.537	(602)	24.935
<b>Total</b>	<b>68.374</b>	<b>(1.101)</b>	<b>67.273</b>

### c) Dados dos investimentos e informações financeiras das companhias investidas

<b>Investida</b>	<b>Participação</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Total do ativo das controladas</b>	<b>Total do passivo das controladas</b>	<b>Resultado das controladas</b>	<b>Patrimônio líquido das controladas</b>	<b>Investimentos em 31/12/2023</b>
EPR Triângulo	50,00%	250.000	1.273.034	1.028.953	(3.595)	244.081	122.040
EPR Sul de Minas	50,00%	52.000	314.432	269.122	(4.559)	45.310	22.655
EPR Vias do Café	50,00%	58.621	480.283	360.936	(653)	119.347	59.674
EPR Infraestrutura PR	25,05%	5.132	506.971	256.783	(3.063)	250.187	62.672
		<b>365.753</b>	<b>2.574.720</b>	<b>1.915.794</b>	<b>(11.870)</b>	<b>658.925</b>	<b>267.041</b>

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As controladas EPR Triângulo, EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café e EPR Infraestrutura PR, possuíam em 31 de dezembro de 2023, ações preferencias não pertencentes a Companhia, com as seguintes características:

<u>Companhia</u>	<u>Classe de ação</u>	<u>Quantidade de ações</u>
EPR Infraestrutura PR (a)	Preferenciais	256.625.000
EPR Vias do Café (b)	Preferenciais A	60.000.000
EPR Sul de Minas (b)	Preferenciais A	26.000.000
EPR Triângulo (b)	Preferenciais A	100.940.979
EPR Triângulo (c)	Preferenciais B	24.059.021

- (a) As ações preferenciais não conferirão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais, no entanto, conferirão aos seus titulares os seguintes direitos, além dos demais direitos previstos na Lei das S.A.: (i) prioridade na distribuição de dividendos, nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei das S.A.; e (ii) prioridade no reembolso de capital, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei das S.A.
- (b) As ações preferenciais classe A: (i) não conferirão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais; (ii) farão jus à prioridade de reembolso de capital por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas; (iii) farão jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos dividendos e quaisquer outros proventos distribuídos pela Companhia aos seus acionistas até que o valor total de tais distribuições atinja o valor previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social; e (iv) serão resgatáveis por decisão da assembleia geral da Companhia, independentemente de aprovação pelos titulares das referidas ações preferenciais, por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas.
- (c) As ações preferenciais classe B possuem as seguintes características: (i) não conferirão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais; (ii) farão jus, após o pagamento do reembolso prioritário a que faz jus as ações preferenciais Classe A, à prioridade de reembolso de capital, no valor de R\$ 0,01 (um centavo) por ação preferencial classe B; e (iii) farão jus ao pagamento dos dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias de emissão da Companhia.

## 11. Imobilizado

	Consolidado					Total
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	
Custo do imobilizado						
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	116	-	-	-	<b>116</b>
Adições	613	6.318	42	904	2.465	<b>10.342</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>613</u>	<u>6.434</u>	<u>42</u>	<u>904</u>	<u>2.465</u>	<b>10.458</b>
Depreciação acumulada						
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	(1)	-	-	-	<b>(1)</b>
Depreciações	(29)	(582)	(1)	(48)	(139)	<b>(799)</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(29)</u>	<u>(583)</u>	<u>(1)</u>	<u>(48)</u>	<u>(139)</u>	<b>(800)</b>
Imobilizado líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	115	-	-	-	<b>115</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>584</u>	<u>5.851</u>	<u>41</u>	<u>856</u>	<u>2.326</u>	<b>9.658</b>
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	10%	10%	20%	

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Infraestrutura em construção

	Consolidado		
	Obras em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
<b>Custo do intangível</b>			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	31.370	-	31.370
Adições de infraestrutura (i)	579.932	7.830	587.762
Transferências para ativo intangível	(532.334)	-	(532.334)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>78.968</b>	<b>7.830</b>	<b>86.798</b>

- (i) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, sendo a principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

### 13. Intangível

	Consolidado			
	Software	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Total
<b>Custo do intangível</b>				
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	-	-	-
Adições	1.589	-	475.496	477.085
Transferência da infraestrutura em construção	-	532.334	-	532.334
Contraprestação recebida ou a receber	-	(218.003)	-	(218.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.589</u>	<u>314.331</u>	<u>475.496</u>	<u>791.416</u>
<b>Amortização acumulada</b>				
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	-	-	-
Amortizações	(46)	(665)	(3.692)	(4.403)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(46)</u>	<u>(665)</u>	<u>(3.692)</u>	<u>(4.403)</u>
<b>Intangível líquido</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.543</u>	<u>313.666</u>	<u>471.804</u>	<u>787.013</u>
Taxas de amortização - a.a.	20%	1,27%	3,33%	

Os juros e custos sobre as debêntures, sobre a outorga e o ajuste a valor presente são capitalizados nos ativos qualificáveis durante o período de construção da infraestrutura, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram capitalizados os montantes de R\$ 63.607, R\$ 5.708 e R\$ 9.098, respectivamente.

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados pela curva de tráfego até o final do período da concessão.
- (b) Direito de outorga da concessão: Outorga fixa da EPR Triângulo, preço devido pela Concessionária ao Poder Concedente em razão da delegação dos serviços públicos de exploração do Sistema Rodoviário, a ser destinado ao FUNTRANS – Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes, ajustado a valor presente.

A Companhia e suas controladas não identificaram quaisquer evidências que justificassem a necessidade de testar o *impairment* dos bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2023.

# EPR 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 14. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Ativo circulante</b>				
EPR Litoral Pioneiro (a)	5.751	-	-	-
	<b>5.751</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Equipav Rodovias Participações e Administração S.A.	-	57	-	-
	<b>-</b>	<b>57</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo circulante</b>				
Equipav Rodovias Participações e Administração S.A.	-	1.006	-	1.006
	<b>-</b>	<b>1.006</b>	<b>-</b>	<b>1.006</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
EPR Sul de Minas	-	27	-	-
EPR Triângulo	-	26	-	-
	<b>-</b>	<b>53</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

- (a) Trata-se de rateio de despesas entre companhia do mesmo grupo econômico, reconhecido na rubrica de partes relacionadas, no ativo circulante.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, os montantes de R\$ 1.283 e de R\$ 4.047, controladora e consolidado, respectivamente, foram reconhecidos como despesas de remuneração dos administradores. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas. Os administradores não obtiveram empréstimos ao Grupo, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

## 15. Debêntures

Série	Empresa	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	2023
1ª emissão – 1ª série	EPR Triângulo	550.000	CDI+3,10% a.a.	ago/25	630.012
1ª emissão – 2ª série	EPR Triângulo	150.000	CDI+3,10% a.a.	ago/25	171.534
1ª emissão – Série única	EPR Sul de Minas	200.000	CDI+3,10% a.a.	fev/26	228.233
1ª emissão – Série única	EPR Café	350.000	CDI+3,4% a.a.	abr/26	361.543
1ª emissão – Série única	EPR Infraestrutura PR	250.000	CDI+2,75% a.a.	dez/26	252.358
					<b>1.643.680</b>
				Custo de transação	<b>(20.001)</b>
				Total	<b>1.623.679</b>
				Circulante	134.189
				Não circulante	1.489.490
				Total	<b>1.623.679</b>

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do período é como segue:

	<b>2023</b>
Saldo inicial	-
Captações	1.500.000
Juros provisionados	86.153
Custo de captação	(26.154)
Juros e custos capitalizados no intangível	63.607
Amortização do custo de captação	73
Saldo final	<u>1.623.679</u>
 <u>Ano de vencimento</u>	
2025	700.000
2026	789.490
	<u>1.489.490</u>

### **Garantia fidejussória:**

As Debêntures contam com garantia fidejussória dos acionistas, na forma de fiança e sem benefício de ordem, nos termos da Escritura de Emissão, sendo essas, na proporção e nos valores de participação de cada acionista.

A fiança pelos acionistas inclui (i) aporte adicional de recursos nas controladas, por qualquer acionista, além do montante inicial aportado; e/ou (ii) valor do capital comprometido objeto de uma obrigação de aporte ensejará na diminuição da fiança Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participação IE (“Perfin Voyager”) em montante equivalente ao aporte adicional e/ou ao valor do capital comprometido objeto de uma obrigação de aporte, conforme o caso.

Os acionistas outorgantes das fianças prestarão as respectivas fianças, obrigando-se os fiadores e seus sucessores a qualquer título, em caráter irrevogável e irretratável, perante os debenturistas, na qualidade de fiadores e principais pagadores.

Os fiadores serão solidários com a emissora, mas (i) a Companhia e os fiadores pessoas físicas não serão fiadores solidários entre si em relação às fianças da Segunda Série, estando cada um tão somente obrigado em relação às respectivas fianças da Segunda Série; e (ii) os fiadores pessoas físicas serão fiadores solidários entre si em relação à fiança fiadores pessoa física da Segunda Série.

### **Covenants**

As controladas mantêm em suas debêntures, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes as debêntures estão sendo cumpridas integralmente em 31 de dezembro de 2023.

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores de materiais e serviços	508	65	45.508	2.116
Provisão de fornecedores a pagar	-	-	26.198	-
	<b>508</b>	<b>65</b>	<b>71.706</b>	<b>2.116</b>

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R\$ 45.508, refere-se a fornecedores e prestadores de serviços, além de cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato, prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. A provisão no montante de R\$ 26.198 tem mesma natureza, porém, se ferem aos serviços prestados e não faturados até a data de fechamento do balanço. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

### 17. Encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários e encargos sociais	-	22	2.284	114
Provisão de participação nos lucros - PLR	-	-	3.683	-
Provisão de férias	-	-	2.727	39
	-	<b>22</b>	<b>8.694</b>	<b>153</b>

### 18. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Instituto nacional do seguro social de terceiros - INSS	-	-	2.719	-
Programa de integração social - PIS	-	-	351	8
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	1.803	50
Imposto de renda a recolher	-	-	613	-
Contribuição social a recolher	-	-	111	-
Impostos sobre serviços - ISS	-	-	2.705	-
Outros	-	16	478	236
	-	<b>16</b>	<b>8.780</b>	<b>294</b>

### 19. Credores da concessão

	Consolidado		
	2023		
	Circulante	Não circulante	Total
Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais	140.755	52.660	193.415
	<b>140.755</b>	<b>52.660</b>	<b>193.415</b>

A conta refere a saldo de outorga fixa a pagar da EPR Sul de Minas, cujo montante original totalizava R\$ 446.680, devida ao FUNTRANS – Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes.

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O pagamento da outorga fixa, conforme contrato, foi dividido em três parcelas, sendo: i) No ato da assinatura do contrato de concessão, foi realizado pagamento do montante de R\$ 288.295; ii) Até o décimo segundo mês do Prazo da Concessão, contado da data de eficácia, o pagamento do montante de R\$ 125.070, corrigido; e iii) Até o vigésimo quarto mês do prazo da concessão, contado da data de eficácia, o pagamento do montante de R\$ 53.602, corrigido.

O saldo em 31 de dezembro de 2023, corresponde às parcelas descritas nos itens ii) e iii) mencionados acima, atualizados e ajustados a valor presente até essa data. O saldo está líquido do ajuste a valor presente no montante de R\$ 7.664 calculados com base na taxa média de 9,25%.

## 20. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023, subscrito e integralizado é de R\$ 70.585 (2022 - R\$ 68.375), conforme demonstrado a seguir.

Sócios	2023		Percentual de participação	
	Quantidade de ações	R\$	Votante	Total
Equipav Rodovias Participações e Administração S.A.	145.006.944	35.363	50,1%	50,1%
Voyager Participações S.A.	144.428.074	35.222	49,9%	49,9%
	<b>289.435.018</b>	<b>70.585</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Sócios	2022		Percentual de participação	
	Quantidade de ações	R\$	Votante	Total
Equipav Rodovias Participações e Administração S.A.	34.255.641	34.256	50,1%	50,1%
Voyager Participações S.A.	34.118.892	34.119	49,9%	49,9%
	<b>68.374.533</b>	<b>68.375</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social foi totalmente integralizado é de R\$ 68.375, representado por 68.374.533 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de posse das acionistas Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. (“Equipav Rodovias”) e Voyager Participações S.A. (“Voyager”) na proporção de 50,1% para a Equipav Rodovias e 49,9% para a Voyager.

Em 30 de Janeiro de 2023, houve aumento do capital social da Companhia por meio da emissão de 81.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando R\$ 81.500, as quais foram subscritas e integralizadas pelos acionistas em conformidade com os respectivos boletins de subscrição, sendo R\$ 815 destinados à conta do capital social e R\$ 80.685 destinados à conta de reserva de capital.

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 06 de dezembro de 2023, houve aumento de capital social da Companhia por meio de emissão de 139.560.485 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando R\$ 139.560, sendo o montante de R\$ 1.396 destinados à conta de capital social e R\$ 138.165 destinados à conta de reserva de capital.

### b) Reserva de capital

Nesta reserva está registrado parte do valor das ações emitidas pela Companhia. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

## 21. Receitas

	Consolidado	
	2023	2022
Receitas operacionais		
Receita de serviços prestados	75.222	-
Receita de serviços de construção	579.932	31.370
Receita bruta	655.154	31.370
Deduções da receita bruta		
Impostos sobre as receitas	(5.739)	-
<b>Receita líquida</b>	<b>649.415</b>	<b>31.370</b>

## 22. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos e despesas:				
Com pessoal	(79)	-	(26.004)	(658)
Serviços de conservação e suporte nas rodovias	-	-	(11.952)	-
Serviços de consultoria	(4.824)	(1.043)	(12.212)	(5.538)
Serviços de terceiros	(2.740)	-	(8.740)	-
Materiais de obras e de uso e consumo	-	-	(3.123)	-
Verba de fiscalização	-	-	(9.160)	-
Seguros / Garantias	-	-	(6.146)	-
Custos de serviços da construção	-	-	(579.932)	(31.370)
Depreciação / Amortização	-	-	(5.793)	(1)
Outros	(213)	(16)	(8.419)	(856)
	<b>(7.856)</b>	<b>1.059</b>	<b>(671.481)</b>	<b>(38.423)</b>

# EPR 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 23. Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras			
Aplicações financeiras	42	96.450	1.891
Juros sobre ativo financeiro	-	2.268	-
Outras receitas	-	118	-
	<u>42</u>	<u>98.836</u>	<u>1.891</u>
Despesas financeiras			
Encargos financeiros sobre debêntures	-	(86.153)	-
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	(4.097)	-
Encargos financeiros sobre outorga	-	(2.156)	-
Comissões bancárias	-	(1.233)	-
Amortização do custo de captação	-	(73)	-
Outras despesas	(7)	(6.388)	(352)
	<u>(7)</u>	<u>(100.100)</u>	<u>(352)</u>
	<u><b>35</b></u>	<u><b>(1.264)</b></u>	<u><b>1.539</b></u>

## 24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Visão Geral

O Grupo está exposto aos seguintes riscos:

Risco de crédito;

Risco de liquidez; e

Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Risco de crédito

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	995	47	1.438.964	104.669
Aplicações financeiras	-	-	1.384	-
Contas a receber	-	-	30.167	-
Partes relacionadas	5.751	-	-	-
Ativo financeiro	-	-	180.866	-
Adiantamentos a fornecedores	934	-	8.311	358
Outros ativos	-	-	3.651	438
	<b>7.680</b>	<b>47</b>	<b>1.663.343</b>	<b>105.465</b>

### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Grupo.

O Grupo não possui em 31 de dezembro de 2023, passivos financeiros com risco de liquidação.

### Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos, financiamentos e debêntures, mútuo e outras contas a pagar.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	11,65%	14,56%	17,48%	8,74%
Juros a incorrer - Debêntures	(250.927)	(299.851)	(348.773)	(202.004)
Receita de aplicações financeiras	112.008	140.010	168.012	84.006
Juros a incorrer CDI líquido	<b>(138.919)</b>	<b>(159.841)</b>	<b>(180.761)</b>	<b>(117.998)</b>

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração do Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### Gerenciamento do capital

A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para quotistas e credores.

### Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

	Hierarquia do valor justo	Classificação	Controladora			
			2023		2022	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	2	995	995	47	47
Partes relacionadas	Nível 2	2	5.751	5.751	-	-
Adiantamentos a fornecedores	Nível 2	2	934	934	-	-
			<u>7.680</u>	<u>7.680</u>	<u>47</u>	<u>47</u>
Passivo						
Fornecedores	Nível 2	2	508	508	65	65
Partes relacionadas	Nível 2	2	-	-	1.006	1.006
			<u>508</u>	<u>508</u>	<u>1.071</u>	<u>1.071</u>

# EPR 2 Participações S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Hierarquia do valor justo	Classificação	Consolidado			
			2023		2022	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	2	1.438.964	1.438.964	104.669	104.669
Aplicações financeiras	Nível 2	1	1.384	1.384	-	-
Contas a receber	Nível 2	2	30.167	30.167	-	-
Ativo financeiro	Nível 2	2	180.866	180.866	-	-
Adiantamentos a fornecedores	Nível 2	2	8.311	8.311	358	358
Outros ativos	Nível 2	2	3.651	3.651	438	438
			<u>1.663.343</u>	<u>1.663.343</u>	<u>105.465</u>	<u>105.465</u>
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	Nível 2	2	71.706	71.706	2.116	2.116
Debêntures	Nível 2	1	1.623.679	1.623.679	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	Nível 2	2	2.429	2.429	-	-
Partes relacionadas	Nível 2	2	-	-	1.006	1.006
Credores da cessão	Nível 2	2	193.415	193.415	-	-
Outros passivos	Nível 2	2	762	762	-	-
			<u>1.891.991</u>	<u>1.891.991</u>	<u>3.122</u>	<u>3.122</u>

A Classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição:

Classificação 1 – Mensurados a valor justo por meio de resultado

Classificação 2 – Custo amortizado

## 25. Garantias e seguros

As controladas da Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2023, as coberturas consolidadas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	75.000
	Responsabilidade civil	37.500
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	360.488

# EPR 2 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 26. Eventos subsequentes

Em 02 de fevereiro de 2024, a Companhia adquiriu a totalidade das ações ordinárias da controlada EPR Infraestrutura PR detidas pela Voyager Participações Societárias S.A., passando a Companhia, portanto, a deter 100% das ações ordinárias daquela controlada.

Em 05 de fevereiro de 2024, a controlada EPR Triângulo pagou ao poder concedente SEINFRA – Secretaria de Estado de Infraestrutura, mobilidade e parcerias, o montante de R\$140.755 referente à segunda parcela da outorga.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2024, a controlada EPR Sul de Minas recebeu da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - SEINFRA o montante de R\$ 182.637 referente ao ativo financeiro, atualizado, mencionado na nota explicativa 6.

Em 23 de março de 2024, a controlada indireta EPR Litoral Pioneiro deu início à suas atividades de arrecadação com a geração de receita por meio da cobrança de pedágios.

Em 11 de abril de 2024, a Companhia foi vencedora do leilão do projeto de concessão da rodovia BR-040, licitado de acordo com o edital 4/2023 da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), realizado na B3 S.A. - Brasil.